

AOS ILUSTRÍSSIMOS SENHORES, PREGOEIRO OFICIAL E MARCELO VAZ DA COSTA E CASTRO, SUPERINTENDENTE REGIONAL DA 7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA – CODEVASF - PI.

Ref.: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 05/2023 – OBJETO: Fornecimento, por Sistema de Registro de Preços – SRP, transporte, carga e descarga de tratores agrícolas de no mínimo 24 CV e equipamentos agrícolas para apoio às diversas atividades produtivas, estruturantes, na área de atuação da Codevasf - 7ª/SR.

A **CBMAQ – COMPANHIA BRASILEIRA DE MÁQUINAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.239.764/0002-31, com sede na Rua Pacová, 15, quadra 41, lote 168, sala 04, bairro Santa Genoveva, CEP: 74.672-370, por seu representante legal infra assinado, vem, com fulcro no Art. 87 da Lei 13.303/2016, em seu parágrafo primeiro C/C § 2º, do art. 24, do Decreto Federal nº 10.024/2019, em tempo hábil, à presença de Vossas Senhorias a fim de

IMPUGNAR

os termos do Edital em referência, que adiante especifica, o que faz na conformidade seguinte:

I – DA TEMPESTIVIDADE

Conforme preceitua o item 5.2.1 do referido edital:

Até 3 (três) dias úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o

ato convocatório do Pregão na forma eletrônica, nos termos do art. 24 do Decreto 10.024/2019 (...)

Restando clara a tempestividade da presente peça apresentada nesta data.

II – DOS FATOS

A subscrevente tendo interesse em participar da licitação supramencionada, adquiriu o respectivo Edital por meios eletrônicos.

Ao verificar os termos do Edital, deparou-se com uma exigência contida no item 19.3 do Termo de Referência anexo a este, que vem assim redacionada:

*19.3 O(a) Fornecedor(a) deverá **apresentar documentação comprobatória de que O (s) FABRICANTE (s) dos bens fornecidos têm empresa autorizada para prestar assistência técnica na área de abrangência da 7ª SR**, onde serão entregues os itens. Esta exigência aplica-se todos os itens da Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Estimados.*

A consequência da mitigação acima apontada é a diminuição dos concorrentes que, por tal descrição, não possibilita a ampla participação, faz uso de exigência que não interfere no fornecimento, na entrega e muito menos no desempenho ou durabilidade do item licitado.

Limita totalmente a participação de outras empresas em âmbito nacional, fazendo dirigismo licitatório e regionalizando o pregão a empresas dentro de um círculo privilegiado dentro da área de abrangência da 7ª SR.

É de suma importância ressaltar que, tal assunto foi tratado recentemente pelo Tribunal de Contas da União dando ciência à CODEVASF de se tratar de uma improbidade tal exigência, como segue abaixo um trecho:

***ACÓRDÃO Nº 2311/2020 - TCU - Plenário
Processo TC-028.257/2020-o (REPRESENTAÇÃO)
Relator: Ministro Aroldo Cedraz***

1.6.1. dar ciência à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução – TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades / falhas, identificadas no item 8.1.2, c, do Termo de Referência anexo ao Edital do Pregão Eletrônico

10/2020, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes: exigência irregular, para fins de habilitação ou aceitabilidade da proposta, E NÃO APENAS DA LICITANTE VENCEDORA, no momento da contratação, de possuir assistência técnica autorizada no Estado do TO, tendo em vista se impor custos prévios aos licitantes, podendo atuar como fator de restrição à competitividade do certame, em afronta à jurisprudência deste Tribunal (Acórdãos 2.001/2019-TCU-Plenário, Ministro Relator Augusto Sherman; 1.284/2018-TCU-Plenário, Ministro Relator Benjamin Zymler; 891/2018-TCU-Plenário, Ministro Relator José Mucio Monteiro; 539/2015-TCU-Plenário, Ministro Relator Augusto Sherman; 2.103/2005-TCU-Plenário, Ministro Relator Augusto Sherman; e Sumula - TCU 272). (Original sem grifos)

Conforme impugnado em editais anteriores, foi demonstrado que tal exigência limita totalmente a participação de empresas que operam a nível nacional, prestam assistência técnica “in loco” e “on site” em todo o território brasileiro, faz parcerias e treinamentos com empresas locais para assistência técnica, porém o Fabricante dos bens fornecidos não possui Assistência Técnica Autorizada pelo FABRICANTE dentro da área de atuação da 7ª SR.

Cumprе salientar, que está plenamente claro que não se trata de um item que impeça a participação do licitante, tampouco a assinatura de contrato, porém é um requisito que indiretamente cerceia a participação, pois não poderá participar quem não puder posteriormente apresentar uma AUTORIZADA DA FABRICANTE no local delimitado, ou por outro prisma, se trata de uma armadilha para penalizações futuras, visto que pode participar, vencer e assinar o contrato porém será penalizado por não ter Assistência Técnica Autorizada pelo FABRICANTE dentro da área de atuação da 7ª SR, estando totalmente regionalizada o presente certame.

Este é o entendimento do Tribunal de Contas da União:

“Qualquer restrição em relação ao objeto da licitação deve ter como fundamento razões aptas a justificarem que a finalidade e o interesse público reclamam por tal exigência de forma irremediável. Sem tal justificativa a restrição deve ser tomada por ilegal (art. 3º, § 1º, inc. I)..” “Direcionar o edital de uma compra com as características de determinado conjunto de fornecedores não tem nenhuma convergência com o trabalho de especificar corretamente o objeto pretendido para um determinado processo

de licitação.” -conforme entendimento do TCU no Acórdão 641/2004 – Plenário.”
(Original sem grifos)

Corroboram com tal entendimento os seguintes Acórdãos do TCU, todos no âmbito da CODEVASF:

ACÓRDÃO Nº 134/2021 – TCU – Plenário
REPRESENTAÇÃO.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF EM BOM JESUS DA LAPA/BA. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 10/2020. FORNECIMENTO DE MÁQUINAS. EXIGÊNCIA DE REDE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA NO ESTADO DA BAHIA. CAUTELAR SUSPENSIVA INAUDITA ALTERA PARS DEFERIDA.

REFERENDO.

(Original sem grifos)

ACÓRDÃO Nº 2311/2020 - TCU - Plenário
Processo TC-028.257/2020-0 (REPRESENTAÇÃO)
Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.6.1. dar ciência à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução – TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades / falhas, identificadas no item 8.1.2, c, do Termo de Referência anexo ao Edital do Pregão Eletrônico 10/2020, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes: exigência irregular, para fins de habilitação ou aceitabilidade da proposta, E NÃO APENAS DA LICITANTE VENCEDORA, no momento da contratação, de possuir assistência técnica autorizada no Estado do TO, tendo em vista se impor custos prévios aos licitantes, podendo atuar como fator de restrição à competitividade do certame, em afronta à jurisprudência deste Tribunal (Acórdãos 2.001/2019-TCU-Plenário, Ministro Relator Augusto Sherman; 1.284/2018-TCU-Plenário, Ministro Relator Benjamin Zymler; 891/2018-TCU-Plenário, Ministro Relator José Mucio Monteiro; 539/2015-TCU-Plenário, Ministro Relator Augusto Sherman; 2.103/2005-TCU-Plenário, Ministro Relator Augusto Sherman; e Sumula - TCU 272).
(Original sem grifos)

ACÓRDÃO Nº 2710/2021 – TCU – Plenário

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO REALIZADO PARA FORNECIMENTO DE TRATORES, IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E VEÍCULOS. **INDEVIDA EXIGÊNCIA DE REQUISITO DE MANUTENÇÃO DOS TRATORES** (ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO FABRICANTE DENTRO DO ESTADO). CONHECIMENTO. **PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS PARA A CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR.** REFERENDO À SUSPENSÃO DEFERIDA PELO MINISTRORELATOR.

(...)

17. Por outro lado, o que se busca nestes autos é apurar se a confusão interpretativa do item 20.5. do TR do PE 17/2021 impactou a competitividade, em razão de ter causado dúvida em potenciais interessados na licitação, a exemplo da aventada pelo representante, **uma vez que não seria razoável exigir da contratada despendar recursos para estruturar concessionária no estado do Amapá visando à prestação de assistência técnica de rede autorizada por fabricante somente para atender ao PE 17/2021.**

(Original sem grifos)

ACÓRDÃO Nº 2793/2022 – TCU – Plenário

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO. FORNECIMENTO DE TRATORES, IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E VEÍCULOS. IMPRECISÃO DA **EXIGÊNCIA DE REQUISITO DE MANUTENÇÃO DOS TRATORES. RESTRIÇÃO DE COMPETITIVIDADE. DETERMINAÇÃO PARA ANULAÇÃO DE ITENS DA LICITAÇÃO.** PEDIDO DE REEXAME. CONHECIMENTO. ARGUMENTOS RECURSAIS INCAPAZES DE ELIDIR AS RAZÕES QUE MOTIVARAM O COMANDO PARA ANULAÇÃO PARCIAL DO PREGÃO.

NEGATIVA DE PROVIMENTO. CIÊNCIA.

(Original sem grifos)

ACÓRDÃO Nº 362/2022 – TCU – Plenário

PREGÃO. FORNECIMENTO DE TRATORES, IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E VEÍCULOS. INDEVIDA EXIGÊNCIA DE REQUISITO DE MANUTENÇÃO DOS TRATORES. CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR. OITIVA. DETERMINAÇÃO PARA ANULAÇÃO DE ITENS DA LICITAÇÃO.

A CODEVASF não pode olvidar o ACÓRDÃO Nº 2311/2020 - TCU – Plenário, acima citado, além de todos os outros do Tribunal de Contas da União dando ciência da Improbidade cometida em editais anteriores quando há essa exigência.

É evidente a afronta às Jurisprudências do TCU (Acórdãos 2.001/2019-TCU-Plenário, Ministro Relator Augusto Sherman; 1.284/2018-TCU-Plenário, Ministro Relator Benjamin Zymler; 891/2018-TCU-Plenário, Ministro Relator José Mucio Monteiro; 539/2015-TCU-Plenário, Ministro Relator Augusto Sherman; 2.103/2005-TCU-Plenário, Ministro Relator Augusto Sherman; e Sumula - TCU 272), caso seja mantido o edital como está.

Assim, o texto com a referida exigência, visando ampliar o número de participantes deve ser alterada, sendo inserida a possibilidade de participação de empresas que possuem capacidade de participar, atendam assistência técnica em todo território nacional, mas, não se enquadram ao que se exija, “**apresentar documentação comprobatória de que O (s) FABRICANTE (s) dos bens fornecidos têm empresa autorizada para prestar assistência técnica na área de abrangência da 7ª SR**”

A Lei de Defesa do Consumidor estabelece responsabilidade solidária ao fornecedor ou fabricante para a garantia e “Assistência Técnica” do produto ou serviço, conforme Lei Federal 8.078, de 11 de setembro de 1990, in verbis:

*“Art. 25. É vedada a estipulação contratual de cláusula que impossibilite, exonere ou atenue a obrigação de indenizar prevista nesta e nas seções anteriores. § 1º Havendo mais de um responsável pela causação do dano, **todos responderão solidariamente pela reparação prevista nesta e nas seções anteriores.** (Original sem grifos)*

E ainda, o artigo 24 vincula o fornecedor a prestar a garantia, independentemente da relação existente com territorialidade:

“Art. 24. A garantia legal de adequação do produto ou serviço independe de termo expresso, vedada a exoneração contratual do fornecedor.”

Portanto, não há razão para exigir, das empresas interessadas em participar do certame, apresente **“apresentar documentação comprobatória de que O (s) FABRICANTE (s) dos bens fornecidos têm empresa autorizada para prestar assistência técnica na área de abrangência da 7ª SR”**, mesmo porque, o instrumento convocatório deverá fixar o prazo de garantia e as condições rigorosas que a Contratada deverá cumprir sem a delimitação geográfica e sem qualquer isenção ou privilégio para empresas autorizadas por FABRICANTES.

Mantendo as exigências acima apontadas, acaba por frustrar todo o caráter competitivo do certame em tela, além de não tratar com isonomia todos os licitantes por apenas regionalizar o certame com exigência já definida pelo Tribunal de Contas da União como “Improbidade/Falha”, que não tem nenhum caráter técnico operacional que justifique tal pedido, criando reserva de mercado e dirigismo licitatório; tal exigência é claramente ilegal, nos termos do art. 3º, inciso II da Lei Federal nº: 10.520/02, **sujeitando os agentes envolvidos nessa ilegalidade às consequências previstas na legislação.**

VI – DOS PEDIDOS

Por todo exposto, requer a impugnante:

- a) O reconhecimento, apreciação e decisão em face da impugnação no prazo legal com sua disponibilização.
- b) O enfrentamento da matéria impugnada e a resposta, com indicação do FUNDAMENTO DE FATO, TÉCNICO, JURÍDICO E LEGAL na decisão, sobre o motivo pela qual está sendo feita as exigências acima apontadas;
- c) Que seja retirado do Edital em tela as exigências acima atacadas e republicada o edital escoimado de vícios.
- d) No caso de não provimento ao solicitado, serão encaminhadas cópias da presente impugnação ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público para que tomem conhecimento das irregularidades acometidas neste edital, por se tratar de aplicação de Verbas Públicas.

Nestes termos
Pede deferimento

Brasília-DF, 23 de agosto de 2023.



DANIEL FERNANDO JESUS DA SILVA

CBMAQ- Companhia Brasileira de Máquinas
Daniel Fernando J. Silva
Gerente CSC